

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA** realizada no dia doze do mês de janeiro de  
2 dois mil e dezoito, com início em segunda chamada às oito horas e trinta e quatro minutos na Casa de Participação Comunitária, situada na Rua XV de novembro,  
3 nº183 – Centro Histórico de Santos. Ante a ausência justificada da 1ª e 2ª Secretárias, foi nomeada a colaboradora Taís Pereira de Aguiar como secretária ad hoc.  
4 O senhor Presidente, Edmir Nascimento cumprimenta os presentes e solicita permissão ao colegiado para apresentar nos Relatos da Diretoria Executiva o  
5 informado pela ECOVIAS e deliberar recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para o financiamento dos projetos. **Item 1. Apreciação e**  
6 **Deliberação das atas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária** - Mediante informação de que a ata da assembleia ordinária do mês de dezembro  
7 não fora encaminhada em tempo hábil, sua apreciação fica adiada para a assembleia de fevereiro. Após leitura da ata da assembleia extraordinária de dezembro, a  
8 mesma é aprovada sem ressalvas. O conselheiro Wellington Araújo solicita inversão de item de pauta devido necessidade de comparecer em outra reunião,  
9 passando assim, com aprovação da assembleia, ao **Item 9 - Apresentação de resultados - Projetos financiados com recursos do FMDCA** - Wellington começa  
10 a apresentação do projeto da Rádio Jovem que foi deliberado em 2016 e ocorreu por todo o ano de 2017, em seis unidades municipais de ensino. Informa que  
11 ficou na coordenação geral, mas que a coordenação direta e supervisão das ações realizadas foram exercidas pela sra. Isys Helfstein Remião, passando a  
12 apresentação do projeto para a mesma. Isys relata que o projeto teve atuação nas UME com ensino fundamental II, nos bairros do Jardim São Manoel, Piratininga,  
13 Vila Nova, Embaré, Ponta da Praia e Morro da Penha e teve como objetivo contribuir com a qualidade da educação a partir dos processos da Edocomunicação e  
14 pela mídia de rádio, prezando pelo protagonismo juvenil e dentro da política de criança e adolescente, com a participação de alunos e professores de cada UME.  
15 Foi realizada a formação de uma equipe técnica e montagem de estrutura elétrica e equipamentos, adequando salas nas escolas para o funcionamento da rádio.  
16 Ísis informa que dois objetivos essenciais do projeto foram ajudar na melhoria do processo de aprendizagem e incentivar a leitura, escrita e desenvolvimento oral  
17 dos alunos. Nos indicadores quantitativos, O projeto formou noventa e seis alunos, com carga horária de 72 horas e sete educadores, entre professores e  
18 inspetores, com carga horaria de 20 horas. Também foi feita a sensibilização, aberta para outras unidades de ensino, de mais 70 professores. Embora a proposta  
19 fosse que das seis escolas, cada uma indicasse dois educadores, cinco delas indicaram somente um educador. A greve ocorrida em 2017 dificultou a indicação de  
20 mais educadores. Nos indicadores qualitativos, os alunos foram estimulados à leitura de matéria jornalística, à escrita e reflexão crítica de suas próprias matérias  
21 para os mesmos poderem fazer um programa de rádio, fosse ao vivo ou gravado. As produções sempre refletem os temas de interesse dos alunos e da escola,  
22 sendo incentivada a pauta de questões do ambiente escolar e da comunidade, desenvolvendo assim a cidadania. É esclarecido que a Educomunicação é  
23 metodologia que preza o protagonismo e vivência em grupo para a melhoria da Educação. A Rádio Saudade abriu as portas para visita dos alunos para  
24 aprendizado e participação de um programa ao vivo. Foi dado um destaque especial à UME Cidade de Santos pelo envolvimento e participação, tanto da Direção  
25 quantos dos alunos. Foram feitas atividades externas não previstas, sendo elas o Evento Destinação Criança, o Festival da Juventude e o Desfile de 7 de  
26 Setembro. Foram relatados diversos desafios como a instalação dos equipamentos, adequação de espaços devido a questão elétrica e segurança; concorrência  
27 com outros projetos no contra turno e a baixa adesão dos professores. Na prática da rádio foi percebida uma parceria frágil entre os alunos e professores que  
28 questionavam os estilos das músicas escolhidas pelos adolescentes confirmando um conflito geracional que por vezes ocorre no ambiente escolar. As escolas de  
29 um modo geral avaliaram como positivo incluindo um aumento de responsabilidade e participação dos alunos. As formações tiveram 89% de presença. Wellington  
30 relata que estão conversando com a SEDUC para continuidade quem sabe no Escola Total mas reconhecem que precisa de agentes habilitados para tal.  
31 Observaram ainda como ponto forte alunos que no início tinham dificuldades para ler o que eles próprios escreviam e superaram assim como a timidez. A  
32 conselheira Adriana Jandelli acredita que se faz necessário uma reflexão sobre o Sistema de Ensino que se encontra fragilizado, com professores desmotivados.  
33 Sr. Igor Perroni, da Associação de Amor à Criança Arcanjo Rafael, pergunta como foi feita a escolha das unidades escolares e o conselheiro Wellington relata que a  
34 escolha foi feita pela Seproje (departamento da Seduc). Sr. Wilson Carlos, técnico da Casa de Participação, pergunta quantas unidades escolares continuarão com  
35 o projeto e o conselheiro Wellington informa que todas falaram da continuidade ressaltando da existência de um termo de compromisso. Edmir relata que a SERIC  
36 deve inscrever o programa neste CMDCA para patrimonialização dos bens permanentes. Atendendo à pedido, a Assembléia faz nova inversão seguindo para o **Item**  
37 **04 - Relatos das Câmaras Setoriais - Relatos da Câmara de Relações Públicas** - A coordenadora da câmara, sra. Denise Pires, antes de apresentar  
38 apresenta balanço das atividades de 2017 e planejamentos para 2018, faz uma reflexão sobre a pouca participação dos Conselheiros na Câmara de Relações  
39 Públicas, solicitando um maior envolvimento do colegiado para 2018. Enfatiza o Evento Destinação Criança realizado em outubro de 2017 e agradece novamente  
40 às entidades e colaboradores envolvidos no evento, comenta a forte participação da mídia na divulgação, com as TVs Tribuna e Santa Cecília, além do Santos

41 Portal, tendo a expectativa de visibilidade e participação ainda maior em 2018. Ressalta também a reunião realizada no início do ano com Comissão Permanente  
42 dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara dos Vereadores para explicar os procedimentos para destinação. Explica que existe dois momentos na  
43 campanha para Destinação, um após mês de abril visando a doação das empresas e outro a ser elaborado a partir de agora visando a doação de pessoas físicas  
44 nos meses de março e abril. Informa o planejamento de uma ação conjunta com os contabilistas e elaboração pela SECOM de spots de rádio para veiculação nos  
45 meses de março e abril. Informa que, em dezesseis de janeiro, será realizada reunião com Departamento de Marketing da SECOM sobre elaboração de material  
46 solicitado de divulgação das ações e funções do Conselho Tutelar e aproveitará a ocasião para se informar dos trâmites para veiculação dos spots de rádio.  
47 Planejada uma conversa com o secretário Omar Silva Júnior da Secretaria Municipal de Assuntos Portuários, Indústria e Comércio – SAPIC, para que o mesmo  
48 promova um encontro com os empresários da região para sensibilização da Destinação. Lembra das diversas matérias feitas em 2017 no Santos Portal para  
49 Destinação do Fundo da Criança e do Adolescente e encerra informando que está sendo elaborada nova arte para a campanha da Ecovias. **Relatos da Câmara**  
50 **Financeira** - O coordenador da câmara, sr. Paulo Paim inicia informando que arrecadação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente em 2017 dobrou em  
51 comparação com a arrecadação de 2016 e credita ao bom trabalho da câmara de relações públicas, envolvimento da mídia e projetos em execução os principais  
52 motivos desse aumento. A arrecadação de 2017 foi de um milhão duzentos e noventa e dois mil reais, sendo setecentos e vinte três mil desse valor oriundos de  
53 multas do Ministério do Trabalho, ficando o Fundo Municipal com um saldo de três milhões e quatrocentos mil reais na data de 31 de dezembro de 2017. Para  
54 2018, um milhão e duzentos mil reais estão destinados para três projetos em andamento e trezentos e cinquenta mil reais para dois novos projetos financiados que  
55 terão início em breve. Está sendo elaborado um plano de ação 2018, com previsão de um milhão e quarenta mil reais. O plano prevê despesas como a X  
56 Conferência Municipal CMDCA 2018 e os dez por cento de reserva legal, deixando um saldo de oitocentos e dez mil reais livres para investimento como novos  
57 editais de projetos. Está sendo feito um balanço dos projetos que estão se encerrando, constando possíveis restituições ao fundo dos valores não utilizados por  
58 esses projetos. A conselheira Regina Passos sugere elaboração de projeto com base em eixos considerados mais prioritários para abertura de edital para as  
59 entidades interessadas em executá-lo. **Relatos da Câmara de Planejamento** – Avaliação do pedido de registro do NASP e da renovação da Tia Egle. Recebido  
60 ofício nº 6834/2017 do Ministério Público – Promotoria de Justiça, relatando denúncia onde o Programa de Acolhimento Institucional teria feito um acolhimento em  
61 desacordo com as normas de assistência social. A câmara chegou ao entendimento que as informações no ofício eram insuficientes para uma manifestação,  
62 decidindo oficiar o Ministério Público solicitando maiores informações e quais irregularidades deverão ser apuradas. **Relatos da Câmara de Legislação** – Não  
63 houve demanda. Sr. Edmir informa que o **Item 6 – Apresentação da Campanha Destinação Criança**, foi contemplado nos relatos da câmara de relações  
64 públicas. **Item 2 – Relatos da Diretoria Executiva** – Efetuada visita à instituição Tia Egle, verificada as reformas no local, estando apta para revalidação do  
65 registro. Respondido por meio do ofício 01/2018 o questionamento do Ministério Público, indagando sobre quais atividades envolvendo esporte, cultura e lazer para  
66 crianças e adolescentes existiam na região da Vila Pantanal, sendo informado que a Prefeitura iniciou tratativas com a Diretoria Regional de Ensino Estadual para  
67 criação de um centro esportivo e cultural usando parte da Escola Estadual Padre Bartolomeu Gusmão. Encaminhado processo referente ao ônibus do CMDCA à  
68 Procuradoria Geral do Município – PGM, para análise dos trâmites legais da liberação do veículo para a Fundação SETTAPORT. Sr. Edmir ressalta a visita que fez  
69 à PGM, onde esclareceu que os contratos dos projetos foram pensados para começarem no início do ano e solicitou maior celeridade aos processos ao chegarem  
70 na PGM, que alegou estar de portas abertas para colaborar e solucionar quaisquer impedimentos que venham a surgir durante os trâmites. No que se refere ao  
71 aporte financeiro da ECOVIAS, que seria destinado ao FMDCA para financiamento de projetos, o Sr. Edmir explica que foi procurado pela representante da  
72 empresa e que está informando que o recurso não seria mais destinado. Conforme fora cogitada a hipótese da necessidade de complementar o recurso. no dia da  
73 aprovação do projeto, e a Assembléia compreendeu que este aporte era possível (conforme ata do dia 13 de dezembro de 2017), o Sr. Edmir questiona a  
74 Assembléia quanto ao pagamento integral dos projetos aprovados visto a importância da ação na região. A Assembléia concorda por unanimidade na utilização dos  
75 recursos do Fundo para a viabilização dos Projetos “Anchieta Social da Settaport e Capacitação Criativa da Secretaria de Cidadania” - **Item 3 Relatos dos**  
76 **representantes dos Conselhos e Comissões - Relatos dos Conselhos Tutelares** – A sra. Tais informa que a reunião da mediação dos conselhos tutelares foi  
77 muito positiva, sobretudo com o retorno da Secretaria Municipal de Saúde – SMS em relação aos acordos realizados na AGE de dezembro referente à saúde mental  
78 e CAPS-ADI, apesar de alguns equipamentos estarem em mudança de endereços, o estreitamento no contato entre os equipamentos e os conselhos está sendo  
79 avaliado de forma positiva pela tanto pela Coordenadoria da Saúde Mental quanto pelas chefias dos equipamentos. Por outro lado ressalta que o encaminhamento  
80 solicitado, que atenderia o que consta em Resolução Normativa do Fluxo de Álcool e Outras Drogas, Lei Municipal e Estatuto da Criança e do Adolescente,

81 referente às questões sobre adolescentes que dão entrada por álcool e outras drogas não estão sendo encaminhadas aos conselhos tutelares, sendo este um  
82 encaminhamento já conversado entre CMDCA e SMS, para que esse informe aos conselhos tutelares fosse feito mensalmente, porém não ocorreu. Sendo assim,  
83 os conselhos tutelares enviaram representação para o Ministério Público. Informado que a partir do fim de janeiro serão retomadas reuniões para discussão do  
84 fluxo do NAI. O presidente convida à palavra a Sra. Naila , gestora do CAPS-AD IJ, antigo To Ligado, que explica sobre os desafios das adequações do  
85 equipamento no qual anteriormente atendia somente adolescentes para agora também atender crianças, além da área psicossocial abranger álcool e drogas e  
86 passar a operar 24 horas. Elogia a parceria com os Conselhos Tutelares e o CMDCA na figura do presidente e ressalta a importância do envolvimento dos diversos  
87 setores uma vez que a política de álcool e drogas é uma política pública em construção no município. Fala do empenho e dedicação da equipe e das oficinas  
88 ofertadas na unidade como musica, yoga e o projeto “Ligado no Remo” e convida as organizações a visitarem a unidade para conhecer o serviço e instalações e  
89 formulação de parcerias para novas atividades. O presidente delibera pelo encaminhamento às entidades cadastradas no CMDCA para a construção dessas  
90 parcerias, assim como o uso do ônibus cedido à SETAPORT para o transporte das crianças e adolescente, conforme disponibilidade do mesmo. **Relatos da**  
91 **CEVISS** – Informa que a próxima reunião será em 19 de janeiro e continuara as discussões sobre as alterações da cartilha do Fluxo de Atendimento CEVISS e  
92 ressalta que somente a secretaria de educação encaminhou propostas até a presente data. **Relatos da CMPETI** - A coordenadora, Sra. Claudia Diegues, informa  
93 que o material aprovado para campanha CMPETI, lixeirinhas para carros, foi confeccionado e na próxima reunião agendada para 24 de janeiro, serão discutidos os  
94 locais e formas de distribuição, seguindo os moldes da campanha CEVISS do ano passado, não apenas entregando o material, mas abordando o município e  
95 conscientizando-o sobre a importância da campanha. **Relatos da Comissão de Monitoramento dos Planos Municipais** – A sra. Tais Informa que a comissão  
96 realizou visitas aos equipamentos da Secretaria de Saúde e que foram muito positivas no sentido de sanar duvidas e “pensar junto” na construção de políticas.  
97 Aguarda de alguns equipamentos o retorno dos questionários deixados, para elaboração de relatório sobre a situação da saúde para então a comissão passar ao  
98 monitoramento das outras áreas. **Item 5 - Apresentação e Deliberação do Plano de Desembolso dos Recursos do FMDCA para 2018** – Valores apresentados  
99 no plano de aplicação que segue anexo a esta ata e aprovados. **Item 7 - Apresentação e Deliberação do “PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À**  
100 **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SANTOS”** – Sra. Claudia Diegues apresenta o plano, amplamente discutido  
101 nas reuniões da CEVISS, com participação das secretarias municipais, conselheiros tutelares e entidades. Deliberado pelo encaminhamento do plano por email aos  
102 conselheiros do CMDCA para apreciação e sugestões até dia 20 de janeiro, envio para análise da câmara de legislação e deliberação na Assembleia de fevereiro.  
103 **Item 8 – Deliberação do Pedido de Registro da Organização NASP** – Organização que trabalha com aprendizagem profissional de jovens de 15 à 24 anos.  
104 Visita efetuada pelo sr. Wilson Carlos, assistente social da SEPACOM, não apontou nenhuma irregularidade e a documentação passou pela crivo das câmaras.  
105 Assembleia delibera pela aprovação do registro. **Item 10 - Assuntos Gerais** – O sr Edmir aproveita o ensejo para anunciar que no dia 16 de janeiro terá um  
106 encontro com os(as) diretores(as) da rede de ensino estadual com o objetivo de orientar no uso da FICAI e esta aguardando confirmação do local. Eu, Tais Pereira  
107 Aguiar, Secretária em substituição lavrei a presente ata.  
108  
109

110

111 **EDMIR SANTOS NASCIMENTO**

**TAIS PEREIRA AGUIAR**

112 Presidente

Secretária em Substituição

**Plano de Ação CMDCA 2018**

<b>Situação a ser enfrentada</b>	<b>Objetivo de Solução</b>	<b>Meta / Ações</b>	<b>Prazo</b>	<b>Recursos</b>
<p>Conselheiros e atores do Sistema de Garantia de Direitos com informações metodológicas e práticas insuficientes para sua prática cotidiana</p>	<p>Promover capacitações continuadas para os Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e Sistema de Garantia de Direitos</p>	<p>Realizar capacitações para os conselheiros tutelares</p> <p>Realizar capacitações para os conselheiros de direitos</p> <p>Realizar capacitações para o Sistema de Garantia de Direitos.</p> <p>Realizar capacitações específicas e Seminários sobre as seguintes temáticas : FICAI WEB, Aprendizagem, Trabalho Infantil, Primeira Infância, Violência e Exploração Sexual</p> <p>Proporcionar troca e ampliação do conhecimento dos conselheiros quanto a política voltada a crianças e adolescentes e aspectos legais discutidos no território nacional</p>		<p>R\$ 200.000,00</p> <p>Seminário da 1ª Infância R\$ 20.000,00</p>
<p>Número reduzido de famílias que participam do Programa Família Acolhedora</p>	<p>Reintegrar o CMDCA na Comissão Coordenadora do Programa Família Acolhedora</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicar um representante para a Comissão Coordenadora</li> <li>- Monitorar e avaliar trimestralmente a execução do Programa</li> <li>- Propor ações necessárias para o aperfeiçoamento do Programa prestar informações sobre a execução do Programa;</li> <li>- Realizar reunião bimestral com os representantes indicados pelas Secretarias Municipais relacionadas , para análise e avaliação qualitativa e quantitativa de suas atribuições, emitindo relatórios para subsidiar a avaliação trimestral do Programa;</li> </ul>		

		<p>- Propor ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, medidas para a efetiva implementação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, na Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Santos e no Plano Municipal de Ação em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p><b>Conforme o decreto N.º 4.344 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2004</b></p>		
Redução das destinações para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes	Ampliar as ações alusivas ao “Destinação Criança”	<p>Realizar eventos de incentivo a destinação de pessoas físicas</p> <p>Realizar eventos de incentivo a destinação de jurídica</p> <p>Retomar o selo “Empresa parceira da Criança”</p> <p>Inserir anuncio nas rádios e emissoras de televisão</p>		R\$ 60.000,00
Extrema vulnerabilidade e ausência de políticas públicas efetivas para a região do Centro Histórico de Santos	Apresentar metodologias de enfrentamento a ausência de políticas para adolescentes em extrema vulnerabilidade	Apresentar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.		R\$ 350.000,00
Necessidade de base teórica metodológica para a confecção de um Diagnóstico Municipal	Ampliar os conhecimentos referentes ao papel do Conselho de Direitos e suas formas de atuação	Apresentar projeto de capacitação sobre sistema de garantia de direitos, utilização de recursos do FMDCA e papel do Controle Social.		R\$ 50.000,00
<b>Fragilidade dos dados referentes a atenção as crianças e adolescentes com</b>	Sistematizar os dados de violação de direitos	Levantar os dados referentes as fichas de notificação compulsória (SEVIEP)		

<p><b>seus direitos violados</b></p>		<p>Confrontar os dados com os apresentados semestralmente pelos Conselhos Tutelares e Secretarias Municipais</p>		
<p>Ausência de informações sobre os atendimentos a crianças e adolescentes</p>	<p>Efetivar o atendimento a crianças e adolescentes no município, principalmente os que se encontram em medidas protetivas.</p>	<p>Criar um modelo de protocolo de encaminhamento para os serviços de atenção a criança, o adolescente e a família.</p>		<p>(digitalizado/rede)</p>
<p>Fragilidade do Controle Social</p>		<p>Eleger os Conselheiros de Direitos que acompanharão os projetos financiados com recursos do FMDCA</p> <p>Organizar Visitas dos Conselheiros de Direitos, em especial os membros da Comissão de Monitoramento, aos equipamentos e serviços do Poder Executivo</p> <p>Acompanhamento e Análise do Fluxo do Álcool</p> <p>Fortalecer as ações da Comissão Infante Juvenil</p> <p>Acompanhar o Plano SINASE, especificamente as ações do NAI</p> <p>Acompanhar a implantação dos Equipamentos da Saúde Mental garantindo sua efetividade em conformidade com o que prevê a lei e as necessidades das crianças e adolescentes do município.</p>		

		Articular com a Caixa Econômica Federal a situação das famílias que moram em cortiços e submoradias;  Reforçar as discussões sobre as políticas habitacionais		
Fragilidade na análise de conjuntura e ações metropolitanas no que se refere as políticas públicas para crianças e adolescentes		Participar das Reuniões Metropolitanas de Conselhos de Direitos  Articular para a Criação da Câmara da Criança e do Adolescente e participar das discussões.  Aproximação com a DRADS		
Crianças e adolescentes com seus direitos violados devido a fragilidade dos vínculos familiares.	Ampliar as metodologias de fortalecimentos dos vínculos familiares e proteção integral da criança e do adolescente.	Elaborar projeto utilizando a Metodologia apresentada na oficina de Parentalidade		R\$50.000,00
Reserva para situações emergentes				R\$ 130.000,00
Reserva para Família Acolhedora				R\$ 130.000,00
Reserva para a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente				R\$ 100.000,00
TOTAL				R\$ 1.090.000,00